



Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Letras, Linguísticas e Artes 3



Atena
Editora

Ano 2019

Ivan Vale de Sousa
(Organizador)

A Produção do Conhecimento nas Letras,
Linguísticas e Artes 3

Atena Editora
2019

2019 by Atena Editora

Copyright © da Atena Editora

Editora Chefe: Profª Drª Antonella Carvalho de Oliveira

Diagramação e Edição de Arte: Natália Sandrini e Lorena Prestes

Revisão: Os autores

Conselho Editorial

- Prof. Dr. Alan Mario Zuffo – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Álvaro Augusto de Borba Barreto – Universidade Federal de Pelotas
Prof. Dr. Antonio Carlos Frasson – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Antonio Isidro-Filho – Universidade de Brasília
Profª Drª Cristina Gaio – Universidade de Lisboa
Prof. Dr. Constantino Ribeiro de Oliveira Junior – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Daiane Garabeli Trojan – Universidade Norte do Paraná
Prof. Dr. Darllan Collins da Cunha e Silva – Universidade Estadual Paulista
Profª Drª Deusilene Souza Vieira Dall’Acqua – Universidade Federal de Rondônia
Prof. Dr. Eloi Rufato Junior – Universidade Tecnológica Federal do Paraná
Prof. Dr. Fábio Steiner – Universidade Estadual de Mato Grosso do Sul
Prof. Dr. Gianfábio Pimentel Franco – Universidade Federal de Santa Maria
Prof. Dr. Gilmei Fleck – Universidade Estadual do Oeste do Paraná
Profª Drª Girlene Santos de Souza – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
Profª Drª Ivone Goulart Lopes – Istituto Internazionele delle Figlie de Maria Ausiliatrice
Profª Drª Juliane Sant’Ana Bento – Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Prof. Dr. Julio Candido de Meirelles Junior – Universidade Federal Fluminense
Prof. Dr. Jorge González Aguilera – Universidade Federal de Mato Grosso do Sul
Profª Drª Lina Maria Gonçalves – Universidade Federal do Tocantins
Profª Drª Natiéli Piovesan – Instituto Federal do Rio Grande do Norte
Profª Drª Paola Andressa Scortegagna – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Profª Drª Raissa Rachel Salustriano da Silva Matos – Universidade Federal do Maranhão
Prof. Dr. Ronilson Freitas de Souza – Universidade do Estado do Pará
Prof. Dr. Takeshy Tachizawa – Faculdade de Campo Limpo Paulista
Prof. Dr. Urandi João Rodrigues Junior – Universidade Federal do Oeste do Pará
Prof. Dr. Valdemar Antonio Paffaro Junior – Universidade Federal de Alfenas
Profª Drª Vanessa Bordin Viera – Universidade Federal de Campina Grande
Profª Drª Vanessa Lima Gonçalves – Universidade Estadual de Ponta Grossa
Prof. Dr. Willian Douglas Guilherme – Universidade Federal do Tocantins

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP) (eDOC BRASIL, Belo Horizonte/MG)

P964 A produção do conhecimento nas letras, linguísticas e artes 3 [recurso eletrônico] / Organizador Ivan Vale de Sousa. – Ponta Grossa (PR): Atena Editora, 2019. – (A Produção do Conhecimento nas Letras, Linguísticas e Artes; v. 3)

Formato: PDF

Requisitos de sistema: Adobe Acrobat Reader.

Modo de acesso: World Wide Web.

Inclui bibliografia

ISBN 978-85-7247-281-4

DOI 10.22533/at.ed.814192404

1. Abordagem interdisciplinar do conhecimento. 2. Artes.
3. Letras. 4. Linguística. I. Sousa, Ivan Vale de.

CDD 407

Elaborado por Maurício Amormino Júnior – CRB6/2422

O conteúdo dos artigos e seus dados em sua forma, correção e confiabilidade são de responsabilidade exclusiva dos autores.

2019

Permitido o download da obra e o compartilhamento desde que sejam atribuídos créditos aos autores, mas sem a possibilidade de alterá-la de nenhuma forma ou utilizá-la para fins comerciais.

www.atenaeditora.com.br

APRESENTAÇÃO

Aproximar as diferentes áreas do saber com a finalidade de propor reflexões e contribuir com a formação dos sujeitos significa potencializar as habilidades que cada um traz consigo e, ao mesmo tempo, valorizar os múltiplos saberes, correlacionando com as questões que necessitam ser reestruturadas.

Neste terceiro volume da coletânea, os propósitos comunicativos e de divulgação científica dos conhecimentos produzidos no campo das Letras, Linguística e das Artes são cumpridos por aproximar e apresentar aos leitores vinte e nove reflexões que, certamente, problematizarão as questões de trabalho com as ciências da linguagem e da atuação humana.

O autor do primeiro capítulo problematiza o processo de letramento dos sujeitos com deficiência visual, destacando a relevância do trabalho de revisão textual em Braille e da atuação do profissional Revisor de textos em Braille, ampliando as questões referentes à inclusão e às políticas de acessibilidade. No segundo capítulo, os autores abordam as dificuldades referentes à leitura e produção textual nas turmas de 6º e 8º anos do Ensino Fundamental, de uma instituição da Rede Pública. No terceiro capítulo é apresentado um relato do processo de redução orquestral para piano da Fantasia Brasileira de Radamés Gnattali, composta em 1936.

No quarto capítulo são apresentadas as observações na recepção do leitor/receptor com a poesia, na leitura de poemas escritos e multimodais e como a sonoridade interfere na interpretação dos poemas e a proximidade do leitor com tal tipologia. No quinto capítulo, o autor propõe como reflexão o ensino e a aprendizagem de língua inglesa no Brasil, considerando os fatores socioculturais e linguísticos. No sexto capítulo é tematizado o sentido da arte para o público que agiu como coautor de uma instalação artística realizada no espaço expositivo de uma instituição mineira.

No sétimo capítulo, o autor apresenta uma leitura das metáforas metalinguísticas do escritor Euclides da Cunha, nos livros *Os Sertões* e *Um paraíso perdido*. No oitavo capítulo, o autor revela as etapas de realização do I Salão Global da Primavera. No nono capítulo, a autora analisa como as animações do Studio Ghibli, sob comando dos diretores Miyazaki e Takahata como desenvolvimento do cinema japonês.

No décimo capítulo, os autores abordam sobre o processo histórico de revitalização do Nheengatu ou Língua Geral Amazônica. O décimo primeiro capítulo tece sintéticas considerações no processo de reconhecimento e metodologias para o ensino de Arte. No décimo segundo capítulo são discutidas as abordagens sobre gênero e como tais questões estão presentes na obra *O Matador*, da escritora contemporânea Patrícia Melo.

No décimo terceiro capítulo, as autoras discutem a participação da mulher no processo histórico de consolidação do samba de raiz. No décimo quarto capítulo, o ensino de Literatura aos alunos com surdez simboliza o objeto de letramento dos sujeitos. No décimo quinto capítulo, a autora apresenta um estudo de caráter

documental, reunindo e expondo as informações referentes à poesia Sul-matogrossense, de Dora Ribeiro.

No décimo sexto capítulo, o autor faz uma leitura ampla do disco *Sobrevivendo no Inferno*, 1997, do Racionais MC's. No décimo sétimo capítulo, o autor aborda as noções de veracidade e verossimilhança em *No mundo de Aisha*. No décimo oitavo capítulo a discussão volta-se para a questão da mobilidade acadêmica internacional de estudantes brasileiros, como forma de produção do conhecimento além-fronteiras. No décimo nono capítulo há uma reflexão crítica a respeito dos discursos do sucesso na sociedade atual, tendo como instrumental teórico e metodológico a *Análise do Discurso* derivada dos trabalhos de Michel Pêcheux.

No vigésimo capítulo, os autores expõem a cultura togolesa em relação aos aspectos econômico, social, educacional e ambiental. No vigésimo primeiro capítulo, os autores utilizam na discussão do trabalho a pesquisa autobiográfica proposta por Joseph Campbell. No vigésimo segundo capítulo, o autor traz à discussão a temática da luta contra a ditadura do teatro brasileiro, enfatizando a escrita e a atuação de Augusto Boal.

No vigésimo terceiro capítulo, a autora discute a valorização da identidade nacionalista em consonância com a crítica social presentes na produção poética santomense de autoria feminina. No vigésimo quarto capítulo, os autores disseminam reflexivamente alguns conceitos sobre a importância do solo no ambiente escolar como estratégia aproximada dos saberes e da promoção formativa de uma consciência pedológica. No vigésimo quinto capítulo, o Canto Coral é discutido como atividade integradora e socializadora para os participantes, promovendo, sobretudo, o aprendizado musical.

No vigésimo sexto capítulo, o autor problematiza a condução da dança de salão, além de enfatizar questões acerca da sexualidade, comunicação proxêmica e relações de poder com base em alguns conceitos discutidos no trabalho. No vigésimo sétimo capítulo são apresentados os resultados da pesquisa *A identidade regional e a responsabilidade social como ferramentas para agregar valor na Moda da Serra Gaúcha*. No vigésimo oitavo capítulo, o autor discute e apresenta as influências da Era Digital na produção e recepção literárias na narrativa transmídia. E no vigésimo nono e último capítulo, as autoras refletem sobre as experiências poéticas e discutem as noções estéticas das práticas artísticas humanitárias.

É nessa concepção que a compilação dos vinte e nove capítulos possibilitará a cada leitor e interlocutor desta coletânea compreender que o conhecimento estabelece conexões entre as diferentes áreas do conhecimento. Assim, a produção organizada do conhecimento na experiência dos interlocutores desta Coleção abre caminhos nas finalidades esperadas nas habilidades de leitura, escrita e reflexão.

SUMÁRIO

CAPÍTULO 1	1
O LETRAMENTO NA DEFICIÊNCIA VISUAL E AS QUESTÕES DE REVISÃO TEXTUAL EM BRAILLE	
Ivan Vale de Sousa	
DOI 10.22533/at.ed.8141924041	
CAPÍTULO 2	14
FÁBULAS, PROVÉRBIOS: TECITURAS DA LÍNGUA PORTUGUESA	
Jean Brito da Silva	
Lindalva José de Freitas	
DOI 10.22533/at.ed.8141924042	
CAPÍTULO 3	24
FANTASIA BRASILEIRA PARA PIANO E ORQUESTRA DE RADAMÉS GNATTALI: RELATO DO PROCESSO DE REDUÇÃO ORQUESTRAL	
Cláudia de Araújo Marques	
DOI 10.22533/at.ed.8141924043	
CAPÍTULO 4	34
FRUIÇÃO NA RECEPÇÃO POÉTICA E OS IMPACTOS DA SONORIDADE NESSE PROCESSO	
Lavínia dos Santos Prado	
Letícia Gottardi	
Wilker Ramos Soares	
DOI 10.22533/at.ed.8141924044	
CAPÍTULO 5	49
INTERSECÇÕES ENTRE EDUCAÇÃO E LINGUÍSTICA NO APRENDIZADO DE INGLÊS: UM “INGLÊS BRASILEIRO”	
Victor Carreão	
DOI 10.22533/at.ed.8141924045	
CAPÍTULO 6	56
INSTALAÇÃO ARTÍSTICA E OS SENTIDOS PRODUZIDOS PELO PÚBLICO: O CORPO COMO LÓCUS DE POSICIONAMENTO POLÍTICO E ESTÉTICO	
Adriana Vaz	
Rossano Silva	
DOI 10.22533/at.ed.8141924046	
CAPÍTULO 7	69
METÁFORAS METALINGUÍSTICAS DE EUCLIDES DA CUNHA	
Carlos Antônio Magalhães Guedelha	
DOI 10.22533/at.ed.8141924047	
CAPÍTULO 8	83
O I SALÃO GLOBAL DA PRIMAVERA – ARTES PLÁSTICAS: BRASÍLIA E ESTADO DE GOIÁS, 1973 - REALIZAÇÃO REDE GLOBO	
Aguinaldo Coelho	
DOI 10.22533/at.ed.8141924048	

CAPÍTULO 9	97
O MODELO DE CINEMA DO STUDIO GHIBLI, QUE CONQUISTOU OS JAPONESES	
Luiza Pires Bastos	
DOI 10.22533/at.ed.8141924049	
CAPÍTULO 10	107
O NHEENGATU NO RIO TAPAJÓS: REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E RESISTÊNCIA POLÍTICA	
Florêncio Almeida Vaz Filho	
Sâmela Ramos da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81419240410	
CAPÍTULO 11	123
PROCESSOS INVESTIGATIVOS PARA COMPREENDER AS IMAGENS COMO ESTRATÉGIAS METODOLÓGICAS PARA O ENSINO DA ARTE	
Valéria Fabiane Braga Ferreira Cabral	
DOI 10.22533/at.ed.81419240411	
CAPÍTULO 12	135
REPRESENTAÇÃO DE GÊNERO NAS PERSONAGENS CLEDIR E ÉRICA EM <i>O MATADOR</i> , DE PATRÍCIA MELO	
Naira Suzane Soares Almeida	
Algemira de Macedo Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.81419240412	
CAPÍTULO 13	146
SAMBA DE RAIZ: UM ESTUDO ENUNCIATIVO DO TESTEMUNHO FEMININO	
Claudia Toldo	
Débora Facin	
DOI 10.22533/at.ed.81419240413	
CAPÍTULO 14	161
SILÊNCIOS E SILENCIADOS: O ENSINO DE LITERATURA E OS ALUNOS SURDOS	
Mirian Theyla Ribeiro Garcia	
DOI 10.22533/at.ed.81419240414	
CAPÍTULO 15	175
DORA RIBEIRO: ESBOÇO DA VIDA E OBRA	
Ana Claudia Pinheiro Dias Nogueira	
DOI 10.22533/at.ed.81419240415	
CAPÍTULO 16	192
<i>SOBREVIVENDO NO INFERNO</i> : DE ONDE VEM O RACIONAIS?	
Rodrigo Estrella Mendes	
DOI 10.22533/at.ed.81419240416	
CAPÍTULO 17	205
VERACIDADE E VEROSSIMILHANÇA N'O <i>MUNDO DE AISHA</i>	
Antonio do Rego Barros Neto	
DOI 10.22533/at.ed.81419240417	

CAPÍTULO 18	222
UM OLHAR DIALÓGICO PARA A MOBILIDADE ACADÊMICA INTERNACIONAL DE ESTUDANTES BRASILEIROS	
Vilton Soares de Souza	
DOI 10.22533/at.ed.81419240418	
CAPÍTULO 19	240
A FORÇA DAS PALAVRAS: OS SENTIDOS DO SUCESSO	
Thiago Barbosa Soares	
DOI 10.22533/at.ed.81419240419	
CAPÍTULO 20	250
A CULTURA AFRICANA: CASO DA REPÚBLICA DO TOGO	
Omar Ouro-Salim	
José Eduardo Machado Barroso	
Marcela Cabral Mendes Barroso	
Fausto Teodoro Neves	
DOI 10.22533/at.ed.81419240420	
CAPÍTULO 21	262
A JORNADA DO HERÓI COMO METODOLOGIA DE PESQUISA AUTOBIOGRÁFICA	
Ítalo Franco Costa	
Cláudia Mariza Mattos Brandão	
DOI 10.22533/at.ed.81419240421	
CAPÍTULO 22	272
A LUTA CONTRA A DITADURA DO TEATRO BRASILEIRO: AUGUSTO BOAL E A <i>PRIMEIRA FEIRA PAULISTA DE OPINIÃO</i>	
Daniele Severi	
DOI 10.22533/at.ed.81419240422	
CAPÍTULO 23	284
A VALORIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL E A CRÍTICA SOCIAL PRESENTES NA PRODUÇÃO POÉTICA SANTOMENSE DE AUTORIA FEMININA	
Susane Martins Ribeiro Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81419240423	
CAPÍTULO 24	296
O TEATRO DE FANTOCHES COMO PRÁTICA SIGNIFICATIVA PARA CONTEXTUALIZAR O TEMA SOLO EM SALA DE AULA	
José Ray Martins Farias	
Josiele Carlos Fortunato	
Paulo Cesar Batista de Farias	
Ivson de Sousa Barbosa	
Francisco Laires Cavalcante	
Adriana de Fátima Meira Vital	
DOI 10.22533/at.ed.81419240424	

CAPÍTULO 25	307
CANTO CORAL COMO AGENTE DE INTERAÇÃO SOCIAL E DESENVOLVIMENTO HUMANO	
Karen Zeferino	
Andréia Anhezini da Silva	
DOI 10.22533/at.ed.81419240425	
CAPÍTULO 26	312
DANÇA DE SALÃO E NOVOS CONCEITOS DE CONDUÇÃO: UMA ANÁLISE ATRAVÉS DA SEXUALIDADE, COMUNICAÇÃO PROXÊMICA E RELAÇÕES DE PODER	
Bruno Blois Nunes	
DOI 10.22533/at.ed.81419240426	
CAPÍTULO 27	325
TECENDO A IDENTIDADE PARA POTENCIALIZAR A SUSTENTABILIDADE DAS EMPRESAS LOCAIS NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA	
Mercedes Lusa Manfredini	
Bernardete Lenita Sisuin Venzon	
DOI 10.22533/at.ed.81419240427	
CAPÍTULO 28	334
“O MENINO QUE SOBREVIVEU”: O FENÔMENO <i>HARRY POTTER</i> NA ERA DIGITAL	
Fellip Agner Trindade Andrade	
DOI 10.22533/at.ed.81419240428	
CAPÍTULO 29	342
CAMINHAR, UM MÉTODO POÉTICO (BRASÍLIA)	
Tatiana Vieira Terra	
Karina e Silva Dias	
DOI 10.22533/at.ed.81419240429	
CAPÍTULO 30	354
O CABRA E A QUESTÃO CULTURAL NAS METÁFORAS ANIMAIS	
Fernanda Carneiro Cavalcanti	
DOI 10.22533/at.ed.81419240430	
SOBRE O ORGANIZADOR	366

O NHEENGATU NO RIO TAPAJÓS: REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA E RESISTÊNCIA POLÍTICA

Florêncio Almeida Vaz Filho

Universidade Federal do Oeste do Pará, Curso de Antropologia
Santarém, Pará

Sâmela Ramos da Silva

Universidade Federal do Amapá, Curso de Letras Libras

RESUMO: O trabalho trata do processo histórico de revitalização do Nheengatu ou Língua Geral Amazônica (LGA) coordenado pelas organizações e lideranças indígenas no baixo rio Tapajós, Pará. Desde 1998, 70 comunidades ribeirinhas se reorganizaram politicamente e retomaram identidades étnicas como povos indígenas. A revitalização do Nheengatu na região, através de oficinas e minicursos, foi iniciada pelo Grupo Consciência Indígena (GCI) em 1999, atendendo a demanda dos indígenas na sua luta pela reafirmação identitária como povos diferenciados. Os mais velhos lembravam que a LGA ainda era falada por seus avós até meados do Século XX. O GCI trouxe para o rio Tapajós vários indígenas do rio Negro (AM) para atuar como professores de Nheengatu nas aldeias indígenas. Tal processo tem se configurado como uma ação política por meio da linguagem, sendo a retomada do Nheengatu um ato político de resistência desses povos que, assim, têm se reconectado com sua

ancestralidade. Surgiu um novo discurso sobre o Nheengatu, não mais como língua indígena que “já foi falada” na região, mas como língua viva que transmite conhecimentos diversos que ancoram e dão sentido às práticas indígenas desses povos. Língua como instrumento de afirmação identitária. Em 2007 foi implantado o ensino do Nheengatu na educação escolar, e no lugar das oficinas, surgiu o Curso de Nheengatu, com 360 horas, ofertado pelo GCI e Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), como um espaço de formação de professores indígenas de Nheengatu que têm atuado nas escolas das aldeias na região.

PALAVRAS-CHAVE: Revitalização. Nheengatu. Rio Tapajós. Indígenas.

ABSTRACT: The work deals with the historical process of revitalization of Nheengatu or Amazonian General language (LGA) coordinated by organizations and indigenous leaders in the Tapajós River, Para-Brazil. Since 1998, seventy riverside communities reorganized politically and resumed ethnic identities as indigenous peoples. The revitalization of Nheengatu language in the region, through workshops and short courses, was initiated by the Indigenous Awareness Group (GCI) in 1999, meeting the demand of the indigenous in your struggle for reaffirmation of identity as distinct peoples. The elders reminded that the LGA was still spoken

by his grandparents until the mid-20th century. The GCI brought to the Tapajos River several indigenous from Rio Negro (AM) for acting as Nheengatu language teachers in indigenous villages. Such a process has been set up as a political action by means of language, being the resumption of Nheengatu a political act of resistance of these people thus have reconnected with your ancestry. Nheengatu, no longer as indigenous language that “has already been spoken” in the region, but as a living language that conveys several skills that anchor and give meaning to indigenous practices of these peoples. Language as an instrument of affirmation of identity. In 2007 was implemented the teaching of Nheengatu language in school education, and in place of the workshops, the Course of Nheengatu, with 360 hours, offered by GCI and Federal University of West of Pará (UFOPA), as a space for indigenous teacher education of Nheengatu language that have been active in the schools of the villages in the region.

KEYWORDS: Revitalization, Nheengatu, Tapajós river, Indigenous.

1 | INTRODUÇÃO

A história do Nheengatu é de alguma forma a história da resistência dos povos indígenas no Brasil, ou ao menos a história de alguns destes povos, como é o caso daqueles que vivem na Amazônia. Da língua falada pelos Tupinambá do litoral, à época da chegada dos conquistadores (NAVARRO, 2016), à língua atual dos Baré e Mura, no Amazonas, ou dos Tupinambá e demais povos indígenas no baixo rio Tapajós, no Pará, são mais de cinco séculos de tradição e reelaboração indígena. Há quem ainda fale que foi uma língua “inventada pelos Jesuítas”. É uma meia verdade. Ora, por mais inteligentes que eles fossem não teriam essa inventividade toda. O Nheengatu é, desde a sua origem até hoje, uma língua indígena.

O que ocorreu foi que os jesuítas usaram a língua dos Tupinambá do Maranhão e Pará, no século XVII, para escrever catecismos, hinos e gramáticas, e para todo o seu trabalho de evangelização. Logo, passaram dos Tupinambá aos outros povos indígenas, que falavam línguas de outros troncos linguísticos. Ao colocar no papel e padronizar a velha língua Tupinambá, de alguma forma os missionários “construíram” ou moldaram aquela que ficou sendo chamada de “língua geral” (BARROS; BORGES; MEIRA, 1996), pois era falada do Maranhão ao que hoje é o Amazonas. Houve uma outra “língua geral” no Sul e Sudeste, mas foi extinta no início do século XX (NAVARRO, 2016).

Então, o colonizador se apropriou de uma língua indígena e a transformou em elemento-chave da sua conquista sobre os próprios indígenas. Mas em meados do século XVIII, os missionários foram expulsos da Amazônia, e os indígenas continuaram usando e recriando a língua do seu jeito. No século XIX, esta *língua geral* passou a ser chamada de Nheengatu, ou fala boa (NAVARRO, 2016), e até 1877, foi mais falada do que o Português nas vilas e cidades amazônicas.

Desde os anos 1990, início da reorganização do chamado Movimento Indígena

na região do baixo rio Tapajós, há um processo de revitalização do Nheengatu ou, como é conhecida entre os acadêmicos, Língua Geral Amazônica (LGA), liderado pelos próprios indígenas. Com isso, o Nheengatu passou a ter potencialmente 5 mil aprendizes, pois atualmente a língua é ensinada nas escolas indígenas no baixo rio Tapajós. E são estudantes muito interessados. Já gravaram CD de músicas e escreveram um livro didático, que já chegou em sua segunda edição (GOES NETO; VAZ FILHO, 2016).

A revitalização do Nheengatu na região, através de oficinas, minicursos e cursos de extensão universitária, se diferencia de um estudo comum de línguas estrangeiras. Ela vai além do aspecto técnico do aprendizado de uma língua, pois envolve memórias de fatos históricos, nomes de lugares de memória, nomes de plantas e animais, para mostrar que o Nheengatu continuava sendo usado pelos indígenas mesmo quando pensavam que estava morto. São os indígenas que direcionam, junto com os professores, os rumos do processo. E parte dos professores que ministraram as oficinas e os cursos de Nheengatu são também indígenas do rio Negro (AM). Este processo se configura como uma ação política por meio da linguagem, sendo a retomada do Nheengatu um ato político de resistência desses povos que, assim, têm se reconectado com sua ancestralidade e reforçado a sua identidade indígena.

Vamos aqui refletir sobre o sentido desta ação para os próprios povos indígenas na região. Os indígenas repetem que estão *resgatando* o que é o seu passado, sua origem e sua cultura. E é surpreendente ver como nas oficinas e cursos de Nheengatu, os indígenas conseguem acordar sua memória e dela retirar muitos cacos em formas de palavras e lhes dar sentidos atuais. Isso é resistir, renovando e recriando identidades étnicas, ao mesmo tempo em que estão conectados com o mundo ao redor.

2 | INDÍGENAS NO BAIXO TAPAJÓS EM MOVIMENTO

A região do baixo rio Tapajós, no oeste do atual Estado do Pará, abrigava uma numerosa população quando a ocupação colonial iniciou no século XVII. Apesar da passagem pioneira de Francisco Orellana e sua tropa pela desembocadura do rio Tapajós, em 1542, a região ficou relativamente esquecida pelos europeus. Foi só a partir da fundação de Belém do Pará em 1616, que a região onde hoje está a cidade de Santarém passou a sofrer incursões mais intensas de portugueses, em busca de escravos, que culminaram com a instalação da Missão dos Tapajó (futura Santarém), em 1661 (VAZ FILHO, 2010).

Quando os portugueses chegaram ao rio Tapajós, encontraram muitos povos indígenas. Os Tapajó e os Tupinambá eram os mais fortes da região, e mantinham sob sua influência os outros povos (MENENDEZ, 1981/1982). Calcula-se que os Tupinambá chegaram à ilha de Tupinambarana, onde hoje se localiza a cidade de Parintins (AM), quase na mesma época em que ocuparam o Maranhão e a região próxima de Belém, provavelmente vindos do litoral nordestino, após guerras com os

portugueses (CARVALHO JÚNIOR, 2005).

As primeiras expedições portuguesas ao interior do rio Tapajós de que se tem registro foram as de Pedro Teixeira, em 1626 e 1628, quando, em companhia de Bento Rodrigues de Oliveira, buscava aprisionar índios (IORIS, 2005). Em 1661, os jesuítas fundaram a Missão dos Tapajó, porém, trinta anos depois, quase nada mais restava dos Tapajó e nem dos Tupinambá (MENENDEZ, 1981/1982). Falamos em termos da organização étnica específica tapajó e tupinambá.

Assim, os missionários jesuítas iam concentrando numa mesma missão diferentes povos indígenas, e nivelando-os por um só padrão linguístico e cultural, através do aprendizado da *língua geral*, que se tornou a língua mais falada na região até o século XIX. Nas missões, houve também um processo de disciplinamento dos corpos e das mentes, pela organização do trabalho na agricultura, no extrativismo, na pesca ou no artesanato; no uso rígido e bem cronometrado do tempo, com horários para trabalho, missa, catequese etc.

Outros indígenas eram submetidos ao trabalho nas vilas e cidades dos colonos. Para obter esta mão de obra, as *tropas de resgate* invadiam as aldeias e escravizavam os nativos. Os povoados que ainda resistiam às margens do Amazonas sucumbiram de vez, restando os mestiços resultantes de estupros ou alianças entre portugueses e nativos. No século XVIII, os missionários foram expulsos e veio o período do Diretório dos Índios, do Marquês de Pombal, que entre outras coisas proibiu o uso da *língua geral*. Mesmo assim, ela continuou sendo bastante usada.

Em meados do século XIX, a historiografia já declarava extintos os grupos etnicamente organizados no baixo rio Tapajós (IORIS, 2014). Spix e Martius (1981), em viagem pela região de 1817 a 1820, registraram a existência de índios que viviam em Santarém, empregados dos colonos ou donos de pequenas roças, e que eram resultado do cruzamento de numerosos grupos étnicos. Os autores os apresentam como assimilados: “muito poucos se recordavam ainda da sua primitiva fala”, e preferiam usar a “língua geral” (SPIX; MARTIUS, 1981, p.100). Após a Guerra da Cabanagem (1835-1840), quando milhares destes indígenas, chamados também de *tapuios* (espécie de índios genéricos) foram dizimados, a *língua geral* também sofreu um duro golpe. Como era a língua predominante entre os revoltosos, seria um perigo a sua continuidade, e foi novamente proibida. Aos poucos foi deixando de ser usada (VAZ FILHO, 2010).

E assim, durante o século XX, para as pessoas comuns, e no discurso de intelectuais locais e dos governantes, não havia continuidades históricas indígenas na região. Os livros mais usados pelos estudantes em Santarém e municípios vizinhos davam conta de que os indígenas haviam sido extintos, e faziam parte apenas de um longínquo passado (FONSECA, 2015; SANTOS, 1974). Apenas de forma genérica ou folclórica a influência dos “índios” era citada na cidade de Santarém. Isso tudo começou a mudar pouco antes da virada para o século XXI, quando se iniciou na região um intenso movimento de autoafirmação indígena (IORIS, 2014; VAZ FILHO,

2010).

As lutas contestando a “extinção” dos indígenas no baixo Tapajós se iniciaram de forma mais sistemática com a criação do Grupo de Consciência Indígena (GCI) em 1997, na cidade de Santarém. O GCI foi criado por um grupo de jovens militantes universitários e professores, em sua maioria ligados aos movimentos progressistas da Teologia da Libertação da Igreja Católica. Oriundos de comunidades rurais, eram descendentes diretos de povos indígenas, e tinham na memória as lembranças do que lhes contavam seus avós. Assumindo a identidade de indígenas eles estavam superando a vergonha e desafiando o secular processo de invisibilização dessa população que, de fato, não havia sido extinta.

Os militantes do GCI passaram a realizar reuniões, rituais e estudos sobre a história e as tradições culturais dos indígenas no Brasil, e particularmente na Amazônia. Sentiam a necessidade de reforçar na sociedade regional as crenças, práticas culturais e as identidades indígenas específicas dos tais povos até então dados como extintos. Estes militantes fizeram todos os esforços para *resgatar*, como diziam, a história, a identidade e a cultura dos indígenas.

No ano seguinte, dois acontecimentos foram cruciais para a emergência étnica indígena no baixo rio Tapajós, e são a chave para compreendermos como este movimento se consolidou. O primeiro foi o falecimento de Laurelino Cruz, o líder espiritual da comunidade de Takuara e pajé muito respeitado em toda a região, que se autodeclarava índio numa época em que os moradores rejeitavam tal identidade (IORIS, 2014; VAZ FILHO, 2010). Sua morte gerou grande comoção entre os moradores de Takuara e comunidades vizinhas.

Sobre o uso do termo *pajé* neste artigo, é preciso esclarecer que nos anos 1990 ele não era aceito tranquilamente pelos próprios pajés. Isso acontecia provavelmente pelo sentido negativo que o termo denotava na região: feiticeiro, embusteiro ou algo diabólico. Atualmente, os indígenas na região usam intensamente a palavra *pajé* para seus sacerdotes, pois ela ganhou um sentido positivo, que reforça o aspecto indígena do grupo. É comum, agora, falarem *pajé Laurelino*, quando o próprio Laurelino Cruz preferia se dizer *médico do povo*.

O segundo acontecimento é um desdobramento do falecimento de Laurelino Cruz. Os moradores de Takuara, abalados pela perda do seu pajé e refletindo profundamente sobre seus ensinamentos, decidiram *se assumir* como indígenas, já que o próprio ancião fazia questão de destacar essa identidade. E, assim, em 1998, procuraram a Fundação Nacional do Índio (FUNAI) para informar que eram índios e que estavam reivindicando a demarcação do seu território como Terra Indígena. Iniciaram um processo de autoafirmação que surpreendeu e impactou os moradores da região, e logo começou a influenciar muitas outras comunidades ribeirinhas com uma história muito semelhante a de Takuara. Tal fato alterou a dinâmica e a atuação do GCI. Naquele momento, GCI e moradores de Takuara juntaram seus esforços na luta pelo reconhecimento daquela primeira comunidade no baixo rio Tapajós que se

autodeclarava indígena, do povo Munduruku.

O GCI, a partir desse momento, organizou uma série de eventos que marcaram os primeiros passos da mobilização indígena na região, como por exemplo, a Assembleia da Terra e Tradição, que reuniu comunidades ribeirinhas da Reserva Extrativista (Resex) Tapajós-Arapiuns e os indígenas de Takuara, e a I Missa Indígena, que também reuniu comunidades vizinhas em Takuara. Tais encontros aconteceram em 1999. Como havia outras comunidades que demonstravam interesse em também se identificar indígenas, foi organizado o I Encontro dos Povos Indígenas do rio Tapajós, que aconteceu nos dias 31.12.1999 e 01.01.2000. Quando a Marcha dos 500 anos passou em Santarém em abril de 2000, rumo a Porto Seguro (BA), para a Conferência dos Povos Indígenas, já se contava 11 povoados que se autodenominavam como *aldeias* indígenas.

Toda essa mobilização trazia uma ânsia por *resgatar* as origens, o passado, a identidade e elementos da cultura *indígena*. E a língua indígena foi logo demandada. Os mais velhos recordavam que seus avós ainda falavam a *língua geral* e citavam com orgulho palavras ou frases que ficaram daqueles velhos tempos. Era urgente reaprender a falar essa língua, para fortalecer ainda mais o processo de reafirmação como povos indígenas.

E foi assim que o GCI organizou em janeiro de 1999, em Santarém, a primeira oficina de Nheengatu, com assessoria de Celina Cadena, índia baré da região do rio Negro (AM). Outras duas oficinas de Nheengatu, voltadas para as *aldeias* indígenas, foram realizadas em 2000, com o objetivo de fazer o “resgate e revalorização das tradições e dos costumes, reavivar a história, e revitalizar a cultura indígena”. Os organizadores assumiam mesmo que queriam “fazer com que os líderes, professores e os mais jovens voltassem a usar o Nheengatu como língua corrente” (Conforme o *Relatório da Oficina de Nheengatu*, 1-12/07/2000, elaborado pelo GCI). Os participantes destas oficinas passaram a articular frases, aprenderam e criaram cantos em Nheengatu, que depois eram usados durante os *rituais indígenas*.

Além das oficinas de Nheengatu, o GCI também realizava cursos sobre direitos indígenas e formação de lideranças. Em geral, com o apoio e assessoria do Conselho Indigenista Missionário (CIMI) e a Pastoral Social da Igreja Católica. E após o I Encontro dos Povos Indígenas, outros encontros, cada vez com mais participantes, passaram a ser realizados anualmente. Estes grandes encontros indígenas reuniam participantes de todas as aldeias, e foram os momentos mais decisivos para o crescimento e solidificação de uma auto-consciência cultural e identitária indígena na região.

As ações organizadas pelo GCI, sempre divulgadas pela Radio Rural de Santarém e pela imprensa da cidade, foram fundamentais no processo de autoafirmação indígena. Com este apoio, a iniciativa de Takuara se espalhou pela região e estimulou a emergência de outras etnias. Se antes de 1998, nenhum povoado se dizia indígena na região, após vinte anos desse movimento de autoafirmação, já são 12 povos indígenas (Arapium, Apiaká, Arara Vermelha, Borari, Jaraki, Maytapú, Munduruku,

Munduruku Cara Preta, Kumaruara, Tapajó, Tupaiú, Tupinambá) distribuídos em 70 aldeias e aproximadamente 20 territórios, reunindo cerca de 8 mil pessoas, que são representadas pelo Conselho Indígena dos rios Tapajós e Arapiuns (CITA), sempre com o apoio do GCI. Esses povos estão localizados nos municípios de Aveiro, Belterra e Santarém.

É preciso deixar registrado que, falamos de 12 povos para referir àqueles indígenas que vivem nas 70 aldeias rurais no baixo Tapajós. Mas o CITA diz que representa 13 povos indígenas na região, porque a entidade afirma incluir o povo Tapuia, formado por pessoas que, oriundas de comunidades ribeirinhas, hoje vivem na cidade de Santarém. Alguns tapuias, inclusive, são estudantes na Universidade Federal do Oeste do Pará (UFOPA), tendo entrado pelo Processo de Seleção Especial (PSE) Indígena.

Assim, não há como falar das mobilizações mais recentes dos povos indígenas no baixo Tapajós, sem compreender a importância da declaração pública de Takuara após o falecimento do pajé Laurelino. Juntamente com a criação do GCI em 1997, a decisão política dos moradores de Takuara, no ano seguinte, foi o momento que marcou o início da grande onda de reafirmação das identidades étnicas e de reavivamento cultural, e linguístico na região.

Devido ao longo processo histórico de desestruturação étnica, em muitos casos, perderam-se os laços que ligavam um povoado à sua etnia de séculos passados. Até porque, com a mistura de diferentes povos e línguas na mesma missão católica, já nem se pode falar em uma única etnia. Mais recentemente, com a reafirmação das identidades indígenas nas comunidades, houve a necessidade de “descobrir” suas origens étnicas, e cada aldeia decidiu que identidade específica seria assumida. A memória dos mais velhos foi acionada, e através do que eles ouviram de seus pais e avós, foram recuperados fragmentos de histórias com os quais construíram e ainda constroem seu passado histórico e étnico. A literatura e os documentos históricos também foram apropriados em favor desse projeto. E assim, os indígenas dialogam com o passado do qual afirmam ser continuidade e constroem um presente de pertencimento étnico. E o Nheengatu faz parte dessa construção para a maioria das aldeias.

Dentre as 70 aldeias, oito se autoidentificam como sendo do povo Munduruku, e estão no processo de aprendizado desta língua, trazendo inclusive professores da língua Munduruku da região do médio e alto rio Tapajós. Os indígenas da aldeia Takuara iniciaram em 1999 o aprendizado do Nheengatu, porém alguns anos depois concluíram que o melhor seria aprender a *sua* língua, e então passaram a estudar a língua Munduruku.

3 | O PROCESSO DE REVITALIZAÇÃO LINGUÍSTICA DO NHEENGATU

Nheengatu é uma designação dada por Couto Magalhães no século XIX (FREIRE, 2004) para a LGA, que se originou da língua Tupinambá, divulgada na Amazônia pelo trabalho catequético dos jesuítas, como já visto acima. Em 1621, o padre Luís Figueira publicou a gramática “Arte da Língua Brasílica” que descrevia o Tupinambá falado no Maranhão. Segundo Rodrigues (2011, p. 37), essa língua era conhecida como “língua geral”, “língua do Brasil”, “língua brasílica, brasiliana ou brasileira”.

Atualmente, no município de São Gabriel da Cachoeira (AM), o Nheengatu, junto com as línguas Tukano, Baniwa e Português são as línguas oficiais, sendo o único município brasileiro a considerar outras línguas, além do português como oficiais. Segundo Freire (2004), o Nheengatu se consolidou como a língua de comunicação interna da Amazônia ao longo de todo período colonial e até mesmo nas primeiras décadas do século XIX. A LGA retardou o processo de hegemonia do Português na Amazônia, pois estava presente nas aldeias, povoações, vilas e cidades de toda a região e era usada por portugueses, negros, mestiços e índios

A memória desse fato, apesar de parecer fragmentada, está estreitamente associada ao passado histórico e linguístico dos povos indígenas no baixo rio Tapajós. Por meio dos registros feitos por viagens naturalistas, conseguimos obter algumas informações, mesmo limitadas, da situação sociolinguística na região.

La Condamine que passou pela região entre 1773 e 1774, registrou o uso da LGA na região, e relatou que

dos restos do aldeamento Tupinambara, situado outrora numa grande ilha, na foz do rio da Madeira, formou-se o de Tapajós, e seus habitantes são quase que tudo o que resta da valente nação dos tupinambás, dominante há dois séculos no Brasil, onde deixaram a língua (2000, p. 97).

Spix e Martius (1981, p. 100) apontam a preferência pela LGA: “muito poucos se recordavam ainda da sua primitiva fala; (...) Já aqui começa a ser veículo preferido a língua geral por meio do qual os colonos se comunicam com os índios”. Por sua vez, Nimuendajú (1949, p. 98), que passou pela região de Santarém e Alter do Chão nas primeiras décadas do século XX, afirmou que “a maioria dos nomes locais da região pertencem à Língua Geral, que não está ainda completamente extinta”.

Desde que começaram a *se assumir* como indígenas, no final do século XX, os moradores das aldeias do baixo Tapajós se deram conta de que careciam de uma *língua indígena*. Para superar essa lacuna, eles recorreram ao *resgate* do Nheengatu, língua da qual alguns idosos ainda dominavam palavras e até frases. A ideia de que o Nheengatu era “a” língua indígena desses grupos já era do conhecimento dos mais velhos, e foi fortalecida, depois, pelo GCI. Quando os moradores dizem, por exemplo, “minha avó ainda falava a língua indígena”, eles exemplificam com vocábulos do Nheengatu. Isso sugere que até meados do século XX algumas pessoas ainda falavam essa língua no rio Tapajós.

Por isso, quando os moradores precisaram lançar mão de uma língua indígena, foi quase instantânea a associação com o Nheengatu. Apesar de a expressão *resgate da língua* haver sido muito usada pelos próprios índios, tratou-se, a partir de uma análise mais objetiva, de uma revalorização do Nheengatu ainda presente nas práticas de linguagem desses povos por meio de expressões, vocábulos, toponímia. Desenvolveremos essa questão na seção posterior.

O GCI promoveu em Santarém a primeira oficina Nheengatu em janeiro de 1999, com o objetivo de *resgatar a língua indígena*, sob a justificativa de que “é o nosso passado que está presente e vivo”. *Resgatar* o Nheengatu parecia aos ativistas do GCI como o *resgate do passado* das aldeias, no sentido da sua origem, que de fato não era lembrada abertamente até então. O *resgate* do Nheengatu continuou nos anos seguintes como uma das prioridades das lideranças do movimento indígena.

O desafio de recuperar o Nheengatu ficou ainda mais urgente depois da Marcha Indígena dos 500 Anos que se dirigiu a Coroa Vermelha (BA), quando os representantes do baixo Tapajós ouviram outros líderes falar, entre si e proferir discursos nas suas línguas indígenas maternas. O fato de não terem uma *língua indígena* operativa deve ter-lhes provocado um sentimento de denegação ou de vergonha. Por isso, logo em maio de 2000, um mês depois de voltarem da Bahia, destacaram o aprendizado do Nheengatu como uma ação a ser intensificada.

O GCI continuou investindo em oficinas de Nheengatu, já não só na cidade de Santarém, mas nas próprias aldeias do Tapajós. Eram ministradas por professores indígenas vindos do rio Negro, que passavam vários meses na região. Na prática, essas oficinas estimulavam uma revalorização de vários aspectos da vida comunitária, como: crenças nos espíritos e nos pajés, alimentação e medicina tradicional, artesanato, valores morais etc. Eram momentos de revalorização do *modo de ser* desses grupos. Além dos aspectos linguísticos, os participantes eram levados a refletir sobre suas origens, como falou Dona Celina Baré, a primeira das ministrantes dessas oficinas: “o resgate histórico da língua vem ligado a um olhar muito mais profundo sobre nossas origens”. Assim, os participantes estudavam o seu processo histórico, ao longo do qual o uso das línguas originárias de cada povo foi proibido. Eles falavam das lembranças da infância, do que ouviram dos seus avós, que ainda falavam palavras do Nheengatu; falavam sobre a negação do passado indígena etc.

Prevaleciam, durante as oficinas, demonstrações de muito orgulho. Os participantes passaram a usar cada vez mais cocares, colares, saiotas e a pintura corporal com urucum e jenipapo, práticas até então aparentemente esquecidas. Além das palavras do Nheengatu que já conheciam, o aprendizado de pronomes, verbos, advérbios, adjetivos e outros itens gramaticais, ensinou-lhes articular frases completas e até cantos, usados nos seus *rituais*. Assim, a convicção da sua origem e identidade se fortaleciam.

Esse sentimento de orgulho das suas origens e suas crenças era ainda mais reforçado pelo contato com os professores vindos do rio Negro, que eram também

indígenas, e falavam das suas crenças e vivências. A sua presença conferia reconhecimento e legitimidade aos indígenas do baixo Tapajós, em uma fase em que os seus vizinhos nutriam ainda desconfianças sobre a sua verdadeira indianidade. Até 2004, diferentes indígenas do rio Negro visitavam intensamente as *aldeias* ministrando aulas, ensinando técnicas de artesanato e até montando peças de teatro em Nheengatu.

Esse dinamismo cultural proporcionado pelas oficinas de Nheengatu mostrou que as culturas indígenas e a força da identidade indígena na região não estavam extintas. Ao contrário, transformam-se e recriam-se, apropriando-se das novas perspectivas que lhes são apresentadas. Estas oficinas foram uma forma intensa de os moradores do Tapajós se reconstruírem como índios. Mas eles não pararam nas oficinas. E nem o seu processo de reorganização dependia apenas do aprendizado do Nheengatu. Não é o caso de explorar aqui, mas paralelo a isso, havia cursos de formação sobre direitos indígenas; grandes encontros anuais de animação entre as aldeias, que reuniam até 500 participantes; viagem de lideranças para eventos em Belém, Manaus, Rio de Janeiro e Brasília etc. E o conjunto destas ações fortalecia nos indígenas a convicção da sua identidade e da necessidade de lutar por seus direitos indígenas.

Desde 2007, com a implantação da educação escolar indígena pela Prefeitura de Santarém, seguida pelas prefeituras de Aveiro e Belterra, os indígenas reivindicaram o ensino das línguas indígenas nas escolas municipais, no que foram atendidos em 2010. E apareceu, assim, a necessidade de capacitação formal para os professores de Nheengatu que começaram a atuar nestas escolas. Já as escolas nas aldeias munduruku no baixo Tapajós também iniciaram aulas da língua Munduruku com professores indígenas munduruku vindos das aldeias do médio e alto rio Tapajós.

Foi nesse contexto que surgiu o Curso de Nheengatu, oferecido pelo GCI e pela Diretoria de Ações Afirmativas (DAA) da Universidade Federal do oeste do Pará (UFOPA), como um curso de extensão desta instituição. O projeto de extensão Curso de Nheengatu consistia em uma preparação de indígenas com assessoria de professores indígenas do rio Negro (AM) e pesquisadores acadêmicos vindos de universidades em São Paulo. O Curso tinha uma Carga Horária total de 360 horas divididas em quatro módulos de um mês cada. As aulas aconteceram no Centro Indígena Maira, da Custódia São Benedito da Amazônia (Frades Franciscanos), importante parceira do Curso de Nheengatu, junto com Grupo de Pesquisa LEETRA (USP/UFSCAR) e outros.

Os alunos desse curso produziram e gravaram as músicas do CD “Nheengatu – Canções na língua Geral Amazônica” (Músicas disponíveis: <http://fgcproducoes.fabiocavalcante.com/alunos-de-nheengatu.html>), em um processo criativo que associou seus conhecimentos tradicionais com o aprendizado do Nheengatu. Da mesma forma e ao mesmo tempo, escreveram o primeiro livro didático em Nheengatu (Disponível: <http://www.ufopa.edu.br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/9159ffec117627a3eb5cc67a20f3c709.pdf> e <http://www.ufopa.edu>).

br/media/file/site/ufopa/documentos/2018/805e70b50cb580ab9506c0a7fb893a6c.pdf) para as escolas indígenas na região: “Nheengatu Tapajowara” (GOES NETO; VAZ FILHO, 2016).

Este CD é um dos frutos do processo de reorganização dos povos indígenas e valorização da sua identidade cultural na região do baixo rio Tapajós, no Oeste do Estado do Pará. Outros frutos são os documentários “Nheengatu Tapajowara” (Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=E6Gmsy6ZE8g>) de Bob Barbosa e “Terra dos encantados: os povos indígenas no baixo rio Tapajós” (Disponível: <https://www.youtube.com/watch?v=sZUz2l8j36s&t=1090s>) de Clodoaldo Correa.

O Curso formou mais de 100 alunos em quatro turmas, e as duas últimas concluíram sua formação em julho de 2017. Os alunos, na sua maioria, eram professores indígenas que já atuavam ou passaram a atuar nas escolas indígenas na região, com um impacto altamente positivo no processo de reafirmação identitária indígena que ocorre na região. Uma das principais marcas do Curso foi sempre garantir a presença de professores indígenas falantes do Nheengatu (vindos do rio Negro, AM) e acadêmicos especialistas no ensino da língua Nheengatu. Estes professores, ligados ao Grupo de Pesquisa LEETRA, vieram de São Paulo, mas tinham experiência de pesquisa entre os povos indígenas do rio Negro, falantes do Nheengatu. Dessa forma, havia uma sintonia no trabalho pedagógico de acadêmicos e de professores indígenas do rio Negro.

4 | RESISTÊNCIA POLÍTICA PELA LINGUAGEM

Recentemente, as questões que envolvem a relação do sujeito indígena com sua língua têm adentrado nos estudos de línguas indígenas, demonstrando a relevância de compreendermos os processos de revitalização linguística que têm sido desenvolvidos por diversos povos indígenas no Brasil.

Segundo Meliá (1997), uma língua indígena é falada quando esta mesma sociedade indígena tem suas terras e seu modo de viver, sua organização política e sua economia. No Brasil existem diversos contextos sociolinguísticos em relação às línguas indígenas, tais como: línguas em situação de vitalidade, ameaçadas de desaparecimento, em processo de substituição por outras e povos que não falam mais suas línguas originárias. É nesse contexto que se inserem os povos indígenas que vivem no baixo rio Tapajós, por conta do intenso processo colonial de eliminação de suas histórias étnicas, e imposição do Português como parte constitutiva do processo civilizatório.

O processo de revitalização linguística se constituiu como uma ação política de resistência, entendido como um instrumento de luta e de autoafirmação identitária. Assim, os movimentos de revitalização de línguas indígenas se configuram como um projeto contra-hegemônico que busca o fortalecimento político diante dos discursos de

assimilação erigidos pela sociedade não-indígena.

Entre esses povos há uma preocupação em manter a vitalidade de suas línguas ancestrais, já que em muitos casos a sociedade envolvente lhes cobra o uso de uma língua indígena como garantia e/ou prova da sua origem étnica. A representação dessa exigência pode ser encontrada na própria Constituição de 1988, em que ter direito a sua língua é, também, ter “uma língua diferente do português para que eu te reconheça como indígena” (OLIVEIRA; PINTO, 2011, p. 329).

Em outra perspectiva, a revitalização linguística entre esses indígenas se coaduna com a revitalização da autoestima de si próprios, como pessoas portadoras de direitos. É nesse caminho que Meliá (1997) fala que as políticas linguísticas que têm tido sucesso são aquelas que estão relacionadas à autoestima, ao prestígio e à lealdade a própria língua/povo a que pertence.

As oficinas e cursos de Nheengatu de que estamos falando tem cumprido esse papel de fomentar a revitalização desta língua, ao mesmo tempo em que desenvolvem a valorização identitária e o orgulho de ser indígena. Essa relação entre revitalização linguística e autoestima esteve presente desde as primeiras oficinas até a finalização do Curso de Nheengatu em 2017.

Nos últimos quatro módulos do Curso de Nheengatu (2016-2017), contou-se com a participação dos professores baniwa Miguel Piloto e Maria Bidoca e da antropóloga Patrícia Veiga. O curso foi conduzido por meio de uma metodologia que articulava conhecimentos indígenas diversos, história, cultura, cantos, artes indígenas e a própria língua Nheengatu. Os participantes eram estimulados a trazer para as aulas as suas lembranças de lugares de memória, nomes de seres encantados, nomes de instrumentos de trabalho, nomes de peixes e tudo o que tivesse relação com suas crenças e suas práticas. E os relatos eram relacionados, pela ação dos professores, com o aprendizado mais geral da língua Nheengatu. Isso tornava a língua ainda mais familiar a eles. Sentiam que de alguma forma o Nheengatu já fazia parte da sua história.

O curso foi fundamental para a formação de professores de Nheengatu, possibilitando a identificação vocábulos, toponímias e também construções morfológicas que pertencem aos recursos linguísticos usados nas práticas de linguagem na região, mesmo que em língua portuguesa. Era comum durante as aulas, os participantes dizerem que conheciam tal palavra e o que significava, relacionarem-na com expressões que tinham ouvido de seus familiares. Algumas destas expressões eram mais obsoletas, enquanto outras ainda compõem o seu repertório linguístico, que outrora não era relacionado com o Nheengatu.

Como exemplo disso, podemos citar a riqueza da toponímia da região. Nomes como Piracãuera, Piquiatuba, Arapixuna, Parapixuna, Tapaiúna, Cuipiranga, Membeca se referem a localidades da região. Estes nomes foram reconhecidos como palavras do Nheengatu no decorrer do curso. Além das toponímias, tópicos como fauna e flora, alimentação, medicina tradicional, práticas de cultivo, caça e pesca foram trabalhados a partir dos conhecimentos dos alunos e dos professores. Assim,

Nheengatu, cultura e história indígena eram discutidos de forma orgânica, integrada. Essa metodologia integradora e interdisciplinar possibilitou a construção de reflexões linguísticas fundamentais para a compreensão do Nheengatu ainda como parte das vivências desses alunos em suas comunidades.

Outros exemplos são dois segmentos morfológicos: “pewa” (que significa chato, achatado) nas palavras *cuiapewa* (cuia chata) e *acarapewa* (peixe do tipo *acará* que tem a forma achatada) e “rana” (que significa “aquilo que não é verdadeiro”) nas palavras *cuiarana*, *piquiarana* e *taturana*. Esses dois segmentos morfológicos trabalhados pelos professores, foram ressaltados pelos próprios alunos que os reconheciam como elementos existentes em seu repertório linguístico, e sobre os quais também construíram definições e outros exemplos.

Como uma das atividades do curso, realizou-se no dia 29 de julho de 2017, um projeto piloto na aldeia de São Pedro, rio Arapiuns, iniciativa dos próprios alunos. Todos os membros da comunidade indígena participaram da oficina, e o tema escolhido foi “Casa de farinha”, no qual se exploraram instrumentos, utensílios e produtos feitos a partir da mandioca. O que nos chamou bastante atenção foi a surpresa das pessoas ao relacionarem aqueles vocábulos como *tipiti* e *cuiapewa*, nomes com os quais eles estão familiarizados, pois fazem parte do cotidiano em suas casas de farinha, com uma língua indígena. No caso, o Nheengatu.

A partir dessa oficina, alguns alunos, formandos do curso, com o objetivo de ampliar os conhecimentos adquiridos e desenvolver pesquisas relacionadas à memória dessa língua no baixo rio Tapajós, criaram o “Projeto de Nheengatu: yané nheenga yané rapuitá” (nossa língua, nossas raízes) que tem a anuência do CITA e GCI. Este é um projeto mais amplo que aponta para um acompanhamento e assessoria às aldeias como um todo, mas os vários professores formados no Curso de Nheengatu, e que atuam nas escolas indígenas na região, desenvolvem com muita criatividade metodologias próprias ou reproduzem aquelas aprendidas em Santarém, no Centro Indígena Maira.

Provavelmente os adultos e os mais velhos nas aldeias não aprenderão a falar fluentemente o Nheengatu, apesar de usar frases em seus discursos e cantar as músicas em Nheengatu durante os eventos públicos. Mas as crianças, animadas pelas músicas, dramatizações, cartazes e outras dinâmicas, poderão ter uma relação mais orgânica com o uso dessa língua. A partir desta dinâmica, só podemos prever que o processo não vai parar. Muito ao contrário, as ações já desenvolvidas até agora parecem suscitar outras, que nem haviam sido pensadas antes.

5 | CONSIDERAÇÕES FINAIS

O aprendizado do Nheengatu pelos indígenas no baixo rio Tapajós, processo que ainda está em plena ebulição, é um dos esforços mais visíveis e de maior sucesso,

por parte desses indígenas, para demarcar a sua distinção como grupos étnicos diante das outras pessoas e comunidades, diante da sociedade envolvente e do Estado. E serviu também para aumentar a sua autoestima como povos indígenas.

Desde aquela primeira oficina de Nheengatu em 1999 até o Curso de Extensão de Nheengatu (GCI/UFOPA), concluído em 2017, centenas de pessoas foram envolvidas em um processo de aprendizado que foi bem além da língua em si. E os alunos que participaram mais diretamente destes estudos envolveram os milhares de indígenas que vivem nas 70 aldeias indígenas. Os resultados podem ser vistos nas apresentações de danças e rituais nas escolas e nos momentos mais significativos na vida das aldeias, como seus festivais culturais. O uso de cantos e falas em Nheengatu, principalmente, é algo sempre presente nas manifestações públicas das lideranças, pois confere mais força ao orgulho da reafirmação da pertença indígena.

Neste contexto, o ato de resistência se instaura na afirmação de um pertencimento étnico a um povo tido como extinto, na consciência de um passado de privação dos usos de suas práticas indígenas e, ainda, na recusa da categorização dessas práticas hoje como de genéricas “populações tradicionais”, “caboclas” ou “ribeirinhas”. Se o uso da palavra “caboclo” era até décadas atrás comum no linguajar de instituições e algumas ONGs para categorizar estas populações, hoje elas já não o fazem na presença dos moradores das *aldeias*, que enfatizam que eles são *indígenas*. Até porque eles sabem muito bem o sentido pejorativo embutido no termo caboclo: matuto, inculto, interiorano, de pouca inteligência e sem modos urbanos (LIMA, 1999). O GCI produziu uma camiseta que era muito usada pelos indígenas, e que tinha estampado na frente a frase “Índigena sim!”. Não precisava de mais nada, porém era como se estivesse implícita a expressão “caboclo, não”.

Assim, no processo de uma revitalização indígena, há muitos símbolos, coisas, ideias e práticas que são colocados no centro da cena. A retomada do Nheengatu se configura como um dos aspectos do qual se lança mão na reafirmação étnica. E não é qualquer aspecto, mas sim aquele que se relaciona com o que se expressa através da fala dos sujeitos. Aqueles que antes eram classificados, e de forma unilateral eram declarados extintos, agora emergem e falam na *sua* língua que continuam agentes de sua história e recriando o seu presente e reinventando o seu futuro.

A língua como produto de práticas discursivas é um instrumento de resistência para os povos indígenas, é um ato político. Nesse sentido, consideramos que a relação entre língua e autoidentificação estabelecida pelos povos do baixo rio Tapajós é um ato de descolonização, que busca superar a violência das práticas de destruição de suas sociedades pela imposição de outras línguas.

Por conseguinte, nessa busca por reafirmar-se como indígena, opondo-se ao processo homogeneizador e opressor das narrativas civilizatórias, está a língua, mas não só ela. Há também a revitalização de práticas que sempre estiveram ali, mas categorizadas de outras formas, tais como os cantos, os rituais, as pinturas corporais, as assembleias, a pajelança... E tudo o que constitui um amplo contexto de práticas

indígenas.

Nessa trajetória, os processos identitários indígenas nunca passam despercebidos pela sociedade nacional, sob olhares de suspeita e negação. A revitalização do Nheengatu é uma das concretizações desse projeto de descolonização dos moradores do baixo rio Tapajós. Se antes, os indígenas se recolhiam, optando pela estratégia da discrição e do silêncio, hoje eles se sentem mais encorajados a mostrar sua cultura, identidade e sua voz de forma mais ostensiva.

Tal processo tem se configurado como uma ação política por meio da linguagem, sendo a retomada do Nheengatu um ato político de resistência desses povos que, assim, têm se reconectado com sua ancestralidade. Esse projeto político contribui para uma nova dinâmica cultural, pois estimula a busca pela memória histórica e linguística dos indígenas durante as oficinas e cursos de Nheengatu, resultando numa reinvenção de tradições.

Dessa forma, um novo discurso surgiu sobre o Nheengatu, não mais como língua indígena que “já foi falada” na região, mas como língua viva que transmite conhecimentos diversos que ancoram e dão sentido às práticas indígenas desses povos. Até as expressões *língua geral* ou gíria, que eram usadas pelos mais velhos para se referir à língua indígena falada pelos seus avós, foram substituídas definitivamente pelo termo Nheengatu, a língua do presente, a “nossa língua”. E não se fala mais nisso.

Consideramos que essas questões de língua indígena e autoidentificação, assim como a língua compreendida como uma ação política, são fundamentais no fortalecimento político e étnico das populações “emergentes”. E acreditamos que seja necessário, além dessas observações, investigar com mais atenção esse processo, pois as oficinas e cursos pareceram um “gatilho” que despertou a memória da língua e a compreensão de que o Nheengatu faz parte do presente e não de um passado distante de suas vivências.

Para finalizar, dizemos que a luta pela superação da subalternização da qual foram vítimas nossos parentes, e da qual ainda somos vítimas de alguma forma, mantém-se viva cada vez que resistimos contra o silenciamento e o apagamento. Esta luta pela lembrança e pela memória reaviva o sentimento de orgulho e dignidade de ser indígena, que é um apontar para a frente, para o futuro, pois só terá futuro quem mantiver sua memória e suas origens.

REFERÊNCIAS

BARROS, Maria Cândida D. M.; BORGES, Luiz C.; MEIRA, Marcio. **Revista de Antropologia**, Vol. 39, No. 1, 1996, p. 191-219.

CARVALHO JÚNIOR, Almir Diniz de. Índios Cristãos: A Conversão dos Gentios na Amazônia Portuguesa (1653-1769). Tese (Doutorado em História). Departamento de História do IFCH/UNICAMP, Campinas, 2005.

FONSECA, Wilde Dias da. **Santarém, momentos históricos**. 6 ed. Santarém: ICBS, 2015.

FREIRE, José Ribamar Bessa. **Rio Babel: a história das línguas na Amazônia**. Rio de Janeiro: Atlântica, 2004.

GOES NETO, Antonio; VAZ FILHO, Florêncio Almeida (Edit.). **Nheengatu Tapajowara**. 2 ed. Santarém: Selo, 2016.

IORIS, Edviges Marta. **Uma floresta de disputas: conflitos sobre espaços, recursos e identidades sociais na Amazônia**. Florianópolis: Editora da UFSC, 2014.

LA CONDAMINE, Charles-Marie de. **Viagem na América Meridional descendo o rio Amazonas**. Brasília: Senado Federal, 2000.

LIMA, Deborah. A Construção Histórica da Categoria Caboclo: Sobre Estruturas e representações Sociais no meio Rural. In: **Novos Cadernos NAEA/UFPA**, Belém, N.2, Vol. 2, p.05-32, 1999.

MELIÁ, Bartolomeu. Bilinguismo e escrita. In: D'ANGELIS, Wilmar; VEIGA, Juracilda. (Orgs). **Leitura e escrita em escolas indígenas: encontro de educação indígenas no 10º COLE 1995**. Campinas, SP: ALB: Mercado de Letras, 1997.

MENÉNDEZ, Miguel. Uma Contribuição para a Etno-História da Área Tapajós-Madeira. **Revista do Museu Paulista - USP**, São Paulo, Vol. XXVIII, 1981/1982. p. 289-388.

NAVARRO, Eduardo de Almeida. **Curso de Língua Geral (Nheengatu ou Tupi Moderno) – a língua das origens da civilização amazônica**. 2 ed. São Paulo: Paym Gráfica e Editora, 2016.

NIMUENDAJÚ, Curt. Os Tapajós. **Boletim do Museu Paraense Emilio Goeldi**, 1949, p. 93-106.

OLIVEIRA, E. A.; PINTO, J. P. Linguajamentos e contra-hegemonias epistêmicas sobre linguagem em produções escritas indígenas. In: **Linguagem em (Dis)curso**, vol. 11, n.2, mai/ago, 2011, p. 311-35.

RODRIGUES, Aryon Dall'Ígna. Esboço de uma introdução ao estudo da língua Tupí. **Revista Brasileira de Linguística Antropológica**, v. 3, n. 1, jul. 2011.

SANTOS, Paulo Rodrigues dos. **Tupaiulândia, Santarém, Pará**. I Vol. 2 ed. Belém (PA): GRAFISA, 1974.

SPIX, J.B.; MARTIUS, C.F.P. **Viagem pelo Brasil: 1817-1820**. v. 3. São Paulo: Edusp, 1981.

VAZ FILHO, Florêncio Almeida. **A emergência étnica de povos indígena no baixo rio Tapajós, Amazônia**. Tese (Doutorado em Ciências Sociais/Antropologia). PPGCS-Universidade Federal da Bahia, Salvador, 2010.

SOBRE O ORGANIZADOR

IVAN VALE DE SOUSA Mestre em Letras pela Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará. Especialista em Gramática da Língua Portuguesa: reflexão e ensino pela Universidade Federal de Minas Gerais. Especialista em Planejamento, Implementação e Gestão da Educação a Distância pela Universidade Federal Fluminense. Especialista em Arte, Educação e Tecnologias Contemporâneas pela Universidade de Brasília. Professor de Língua Portuguesa em Parauapebas, Pará.

Agência Brasileira do ISBN
ISBN 978-85-7247-281-4

